



Ministério da
Fazenda



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente :3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

4.2 Agricultura familiar:

O Banco da Amazônia através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) vem apoiando de forma significativa o desenvolvimento desse segmento no cenário regional, financiando projetos que atendam aos padrões de responsabilidade política, social cultural e ambiental.

Os resultados alcançados pelo PRONAF estão ancorados no processo contínuo de aperfeiçoamento da operacionalização do programa. Nesse contexto, o Banco vem aperfeiçoando seus mecanismos de controles, focando no monitoramento da qualidade dos serviços de assistência técnica, na inadiplência, na vistoria prévia à análise dos projetos com risco do Banco, na exigência de garantias reais para operações ao abrigo do PRONAF em valores acima de 18 mil reais e na reformulação da Declaração de Posse Mansa e Pacífica, Instituição da Declaração de Vizinhança.

Além das ações descritas anteriormente, merecem destaque:

1. Videoconferência com as Superintendências para acompanhar o desempenho de aplicação de recursos no PRONAF;
2. Assinaturas dos Termos de Compromisso realizado pelas Superintendências, Governos Estaduais e empresas de assistências técnicas com o propósito de ampliar o número de agricultores familiares atendidos pelo PRONAF, de forma segura e responsável;
3. Alinhamento ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel com apoio a produção da Palma de Dendê através da Linha PRONAF ECO;
4. Alinhamento ao Governo Federal, operacionalizando as Linhas Emergenciais para atendimento aos agricultores familiares que tiveram perda, em função de eventos climáticos adversos conforme resoluções publicadas para esse fim.

4.3 Micro e pequenas empresas:

Atenção especial foi dada pelo Banco às micro e pequenas empresas, através da ampliação do crédito, resultando em uma alavancagem significativa nos montantes aplicados com recursos de fomento, comparativamente aos mesmos períodos de anos anteriores.

Além disso, em 2012, entrou em operacionalização o Programa de Crédito Específico para o segmento de micro e pequenas empresas não rurais com recursos do fomento, o FNO-MPE. O programa permite o financiamento de todos os itens necessários à implementação do plano ou projeto, inclusive com a inovação para o financiamento da aquisição de máquinas, equipamentos, construção civil, imóveis para localização ou realocação de empreendimentos com mais de 2 (dois) anos.

Há ainda a linha de crédito do FNO GIRO-MPE, também específico para o segmento de micro e pequenas empresas e que visa o financiamento de capital de giro isolado a serem utilizados para aquisição de matéria-prima, insumos, bens ou produtos, necessários à formação ou manutenção do estoque do beneficiário para o desempenho de sua atividade.

No primeiro semestre de 2012, foi aplicado o montante de R\$156,7 milhões, crescimento na ordem de 97,0%, quando comparando com o mesmo período de 2011.

4.4 Programa FNO - Biodiversidade:

Com recursos do Programa FNO-Biodiversidade, o Banco da Amazônia financia projetos de florestamento e reflorestamento, de manejo sustentável e de recuperação de áreas de reserva legal e preservação permanente do bioma Amazônia.

Através do Programa, o Banco da Amazônia financiou, no primeiro semestre de 2012, cerca de R\$76,5 milhões. Comparativamente ao mesmo período de 2011, ocorreu crescimento de 207,0% no total dos financiamentos concedidos (R\$24,9 milhões).

O Banco da Amazônia estimula as atividades no âmbito do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) a fim de difundir uma agricultura sustentável, reduzindo os impactos do aquecimento global, através de incentivos e recursos para os produtores rurais adotarem técnicas agrícolas sustentáveis.

O apoio do Banco objetiva garantir mais renda ao produtor, mais alimentos para a população e a proteção ao meio ambiente, estimulando processos tecnológicos que neutralizem ou minimizem os gases de efeito estufa no campo.

As contratações realizadas pelo Banco da Amazônia no 1º semestre de 2012 no âmbito das atividades do Programa ABC totalizam R\$127,7 milhões, assim distribuídos: R\$63,5 milhões do FNO Amazônia Sustentável; R\$17,2 milhões do FNO Biodiversidade e R\$47 milhões do FNO PRONAF.

4.5 Turismo Sustentável da Amazônia:

No primeiro semestre de 2012, foram contratados, para o segmento de turismo na Região, R\$286,3 milhões através das fontes de fomento operacionalizadas pelo Banco. Em relação ao mesmo período do ano passado, houve crescimento de 259,0% no valor dos financiamentos concedidos (R\$79,8 milhões).

5. A atuação do Banco na Carteira Comercial

A área comercial também manteve performance de crescimento, onde os segmentos de pessoa jurídica e pessoa física, no curto prazo, foram atendidas com créditos que alcançaram o montante de R\$1.039,0 milhões. Deste montante, houve contribuição da

carteira de pessoa jurídica na ordem de R\$822,0 milhões, pessoa física com R\$217,0 milhões, totalizando 35.434 operações, até o encerramento do semestre de 2012.

6. Desempenho

6.1 Resultado:

As ações colocadas em prática pelo Banco, no 1º semestre de 2012, se refletiram no resultado deste período que registrou um lucro líquido de R\$108,9 milhões, com aumento de 151,7% em relação ao primeiro semestre de 2011 (R\$43,3 milhões), levando a uma rentabilidade de 11,3% sobre o patrimônio líquido de 2011. O crescimento das receitas operacionais, especialmente as de operações de crédito (18,7%), resultado com títulos e valores mobiliários (1,8%) e as de prestação de serviço (17,4%), combinado com o melhor desempenho no crédito, o que gerou uma redução na provisão para créditos de liquidação duvidosa (3,0%), além dos significativos valores registrados na recuperação de créditos, foram os fatores que levaram ao resultado apresentado pelo Banco.

As despesas administrativas, como um dos pilares do PROGRAMA MAIS, foram fortemente controladas, registrando pequeno crescimento, abaixo da inflação do período, perfeitamente contemplado no programa, tais como despesas de pessoal com crescimento de 13,6%, fruto do dissídio coletivo.

Embora não compoando a carteira de crédito do Banco, as operações realizadas com recursos do FNO são avaliadas de acordo com os critérios da Res. CMN nº 2682/1999, sendo registrada no Banco a despesa oriunda desse risco. O ajuste do primeiro semestre de 2012 também apresentou queda de mais de 50,0% em relação ao 1º semestre de 2011, alinhando-se ao desempenho da carteira do Banco.

6.2 Ativos:

O Banco da Amazônia S.A. encerrou o 1º semestre de 2012 com ativos totais de R\$10.779,9 milhões que, comparado com igual período de 2011, registrando crescimento de 14,4% (R\$9.425,7 milhões).

A Carteira de Títulos e Valores Mobiliários permanece como o item de maior participação nos ativos totais. Ao final do 1º semestre de 2012, essa Carteira registrou o montante de R\$5.390,4 milhões, crescimento de 30,3% quando comparado ao primeiro semestre de 2011 (R\$4.136,6 milhões).

A carteira de crédito permaneceu sem variação, visto que com as políticas adotadas para a concessão e acompanhamento, houve redução da inadimplência, assim, o saldo da carteira em 2011 correspondia a R\$2.174,3 milhões, enquanto que em 2012 o saldo corresponde a R\$2.272,2 milhões. Os créditos classificados como de risco AA a C, que representam 94,6% do total da carteira e no semestre anterior correspondia a 94,7%.

O Índice de Qualidade da Carteira (IQC) fechou em 8,3% (8,4% em junho de 2011).

Os demais ativos estão representados pelas rubricas de Aplicações interfinanceiras de Liquidez e Outros Créditos, contribuindo com 25,1% para o total de ativos.

6.3 Passivos:

O total de captações de recursos, composta pelos depósitos do público, encerrou o primeiro semestre de 2012, com R\$2.908,6 milhões, superior em 15,3% em relação ao 1º semestre de 2011 (R\$2.523,8 milhões). Desse total, 23,4% correspondem aos depósitos à vista (29,6% em 2011), 60,2% aos depósitos a prazo (52,2% em 2011), 16,3% aos depósitos de poupança (18,7% em 2011) e 0,1% aos outros depósitos (0,4% em 2011).

Os recursos do FNO repassados pela União ao Banco e ainda não aplicados em operações de crédito são registrados em Outras Obrigações – Fundos Financeiros e de Desenvolvimento e representam 31,8% do Passivo Total (25,3% em 2011).

6.4 Patrimônio Líquido (PL):

O Patrimônio Líquido do Banco no final do 1º semestre é de R\$2.032,7 milhões (R\$1.964,9 milhões em 2011), apresentando rentabilidade de 11,3% (4,5% em igual período de 2011) sobre o PL de 2011.

O Índice de Basileia ao final do 1º semestre atingiu 16,2%.

7. Gestão de riscos

A gestão de riscos do Banco da Amazônia tem como objetivo permear os riscos existentes em todas as atividades da empresa, de modo a maximizar as oportunidades e minimizar os efeitos negativos, contribuindo para que as causas geradoras de danos sejam eliminadas e os efeitos mitigados de modo a não prejudicar ou fragilizar o regular andamento dos processos.

7.1 Risco de Liquidez:

No semestre, de acordo com as diretrizes da Política de Liquidez existente no Banco, foi mantido um colchão de liquidez, sem registro de eventos de extrapolação do índice de disponibilidade de recursos definido na política institucional deste risco.

O grande volume de títulos públicos de alta liquidez em carteira, tem permitido ao Banco manter e, inclusive, ampliar em relação ao último relatório (dezembro de 2011), as disponibilidades de recursos. Os descasamentos verificados no fluxo de caixa foram

decorrentes, principalmente, da alocação conservadora das disponibilidades do FNO nos vértices com previsão de desembolso no prazo de até 60 dias. Nesse cenário, a análise do fluxo projetado demonstra que a Instituição não apresenta problemas de liquidez.

7.2 Gestão do Risco de Crédito:

As estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes são os componentes da Política de Risco de Crédito existente na Instituição.

No modelo interno de avaliação, estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de rating para o tomador e respectivas operações creditícias. A classificação dos créditos atende as exigências da Resolução CMN n.º 2682/1999.

A classificação da operação no nível de risco correspondente é realizada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como: I) em relação ao devedor e seus garantidores: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito; II) em relação à operação: valor, natureza e finalidade do crédito.

7.3 Gestão de Risco de Mercado:

Os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados para classificação da carteira de negociação (trading), conforme os termos da Circular/BACEN nº 3.354/2007, estão definidos na Política de Risco de Mercado

Em função da sua posição conservadora em termos de exposição, o Banco da Amazônia mantém alocação de 85,14% do valor de mercado (MtM) da sua carteira indexada à SELIC e CDI. O baixo valor em risco é também evidenciado por um VaR de R\$3.479 em 29 de junho de 2012, o que representa um percentual de 0,08% do valor de mercado do total da carteira

7.4 Gestão do Risco Operacional:

A estrutura de gestão do risco operacional é responsável por desenvolver políticas, processos e procedimentos que permitam identificar, avaliar e gerenciar os riscos operacionais da Instituição. A gestão do risco operacional permeia toda a Organização e todas as unidades e níveis hierárquicos possuem papéis e responsabilidades.

A Política Corporativa de Gestão de Risco Operacional está aderente às melhores práticas recomendadas pelo Comitê de Basileia e Banco Central do Brasil e se constitui de um conjunto de diretrizes que tem por objetivo proporcionar adequado gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição.

O Relatório de Estrutura de Gestão do Risco Operacional está disponível no endereço www.bancoamazonia.com.br.

7.5 Gestão de Continuidade de Negócios – GCN:

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é parte complementar do processo de gestão de riscos e define estratégias a serem adotadas para alcançar a capacidade de continuidade adequada às necessidades de negócios da Instituição.

A Gestão está fundamentada na elaboração de planos para as atividades críticas, utilização de metodologias e ferramentas para formalização de ações a serem adotadas em momentos de crise, visando à recuperação e a continuidade dos processos de negócios, evitando ou minimizando perdas financeiras tanto para o Banco quanto para os seus clientes.

8. Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (CAPAF)

Considerando a prorrogação da intervenção nos planos previdenciários administrados pela CAPAF, através da Portaria PREVIC nº 142/2012 publicado no Diário Oficial da União em 22/03/2012, por mais 180 dias, a contar de 01/04/2012, ainda não é possível a mensuração do nível de responsabilidade do Banco junto aquela Caixa de Previdência.

Porém, o Banco vem atualizando, trimestralmente, sua obrigação, na forma estabelecida pela Deliberação CVM nº 600/2009 (reconhecimento de 50% do déficit do plano de benefício definido – BD), assim como continua a repassar os recursos necessários à complementação, mensal, da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas referente ao plano BD, em cumprindo a determinação judicial.

Acatando proposta formulada pelo Interventor, os órgãos de controle e fiscalização autorizaram a reabertura do prazo para adesão, por qualquer participante (empregado da ativa, ex-participante, aposentado ou pensionista), aos novos planos saldados de benefícios da CAPAF. A nova fase do processo, como diferencial, contemplará a realização de negociações individuais com os participantes que se encontram ao abrigo da Portaria nº 375/1969, envolvendo a disponibilização de recursos financeiros não previstos anteriormente, através de acordos judiciais nas ações promovidas até a data de decretação da intervenção.